

Anjos ou demónios?

Crianças, jovens e crimes nos *media*

Um debate sobre a ética jornalística e os direitos infantis

LIDIA MARÔPO *

Introdução

Temáticas como violência, crime e risco dominam grande parte da agenda noticiosa que refere crianças e jovens (aqui incluímos todas as pessoas com idade entre 0 e 18 anos). Como reflexo, os estudos sobre a representação das crianças nas notícias também devotam atenção prioritária a esses temas e levantam inúmeras preocupações, tanto do ponto de vista da ética profissional dos jornalistas como dos direitos infantis.

Destas análises emergem, por um lado, o reconhecimento da visibilidade noticiosa como fundamental para que os problemas que afetam a população infantojuvenil ganhem proeminência no espaço público e sejam reconhecidos como questões importantes que requerem ações públicas e políticas (ANDI, 2005; Marôpo, no prelo).

Por outro lado, a literatura académica também apresenta uma longa lista de críticas ao tratamento dado pelos *media* aos crimes que envolvem crianças e jovens, seja no papel de vítimas ou de autores. São referidos: o desrespeito ao seu direito à privacidade, a propagação do estereótipo das crianças como vítimas indefesas ou dos jovens como ameaça à sociedade, a estigmatização de crianças

* Professora auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e investigadora de pós-doutoramento no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)/Universidade Nova de Lisboa.

em situação de exclusão social, o recurso às forças de segurança como fonte única de informação, a exploração sensacionalista de casos singulares e o tratamento ligeiro, individualista, pouco politizado e descontextualizado de questões complexas como o abuso sexual e a delinquência juvenil (Ponte, 2005; Ponte & Afonso, 2009; Hammarberg, 1997; Marôpo, no prelo; Canela, 2005; ANDI, 2005; Muleiro, 2006; Morigi *et al.*, 2007: 46; Carvalho *et al.*, 2009).

Nesta perspetiva, frequentemente os *media* representam um paradoxo: alertam para situações de desrespeito aos direitos das crianças e ao mesmo tempo atuam como violadores destes direitos. Um problema que reflete constrangimentos impostos à deontologia do jornalismo (pelas rotinas profissionais dos jornalistas e pela gestão comercial dos *media*), mas que também é fruto do estatuto minoritário das crianças na sociedade, como discutiremos a seguir.

Ética jornalística e direitos das crianças

De um lado, temos a ética jornalística como um sentido compartilhado de valores que orientam o desempenho dos jornalistas como mediadores de informações e opiniões consideradas socialmente relevantes (Camponez, 2009: 526). De outro, temos as crianças, só recentemente reconhecidas oficialmente como sujeitos de direitos e atores participantes na sociedade. Para aproximar estes dois campos de debate, é necessário ultrapassar uma visão restrita da ética ligada à deontologia dos profissionais de jornalismo ou dos *media*, em prol de uma ética em termos sociais mais amplos, onde as crianças ocupem uma posição central. Enquanto os jornalistas são desafiados com prazos cada vez mais exíguos para a produção das notícias, se ressentem da falta de especialização e enfrentam uma concorrência acirrada entre veículos de comunicação que se orientam por prioridades comerciais, parece pesado demais deixar exclusivamente a seu cargo o debate sobre a ética noticiosa. Além disso, os conteúdos noticiosos que produzem dizem respeito a toda a sociedade e por isso devem ser tema de um amplo debate.

Nesta perspetiva, chamamos a atenção para os direitos infantis assegurados em diplomas legais e para o que Von Feilitzen (1998) chama de «contramovimento» global, ou seja, iniciativas (de jornalistas, mas também da sociedade civil e do poder público) que procuram promover os direitos das crianças na sua relação com os *media*.

Apontadas por diversos autores, a invisibilidade das crianças no discurso noticioso e a negligência dos assuntos que lhes dizem diretamente respeito

(Fullerton, 2004; Muleiro, 2006; McNamara, 2004; Goonasekera, 2001; Von Feilitzen, 1998) têm vindo a alterar-se gradativamente. Os direitos infantis foram reconhecidos por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) da ONU (1989) e da subsequente adaptação deste diploma legal para as leis e sistemas de governação dos países signatários (Ponte, 2005), o que possibilitou a proeminência do tema nas agendas mediáticas e públicas internacionais.

Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP/1999) e a Lei Tutelar Educativa (LTE/2000), além da organização das comissões de proteção de crianças e jovens, incentivaram uma maior contextualização e debate mediático sobre os problemas que afetam os cidadãos mais novos da sociedade, com especial atenção para crimes cometidos contra ou por crianças, em temas como maus-tratos, abusos sexuais e delinquência juvenil.

Este sistema legislativo nacional e internacional também estabeleceu padrões éticos para a cobertura noticiosa envolvendo crianças, com especial atenção para situações que envolvem violência e criminalidade.

A Convenção sobre os Direitos da Criança traz pelo menos cinco artigos com implicações diretas para os *media*. O Artigo 3.º afirma que, em todas as ações que envolvam crianças, o seu superior interesse deve ser prioritário. Nesta perspectiva, os jornalistas deveriam levar em consideração os potenciais danos causados por peças noticiosas que identifiquem direta ou indiretamente crianças em situação de risco ou vulnerabilidade. Em complemento, o Artigo 16.º afirma o direito à proteção da privacidade da criança e o seu direito a não ser sujeita a ofensas à honra e reputação. Também são assegurados o direito à participação, garantindo que as suas opiniões sejam levadas em conta nos assuntos que lhes dizem respeito (Artigo 12.º), e à liberdade de expressão (Artigo 13.º). Além disso, o Artigo 17.º reconhece a importância dos órgãos de comunicação social e requer dos Estados signatários que assegurem à criança o acesso a informação e material de fontes diversificadas; incentiva também os *media* a divulgar informações que beneficiem social e culturalmente as crianças, incluindo grupos minoritários, e a protegê-las de conteúdos prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Em Portugal, a LPCJR (Artigo 90.º) afirma que os meios de comunicação social, sempre que divulguem situações de crianças ou jovens em perigo, não podem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação. A LTE, aplicável aos jovens com idades entre os 12 e os 16 anos que cometem atos ilícitos, garante o direito destes à proteção de sua vida privada em todas as fases do processo (Artigo 41.º). Mais especificamente, como ressalta Leote de Carvalho (2009: 55), a lei consagra ao jovem que cumpre internamento em centro educativo (a mais grave medida tutelar educativa), o direito a não ser fotografado ou filmado

e a não prestar declarações ou entrevistas a órgãos de informação, se for essa a sua vontade (Artigo 176.º, n.º 1). Em caso de consentimento, estão expressamente proibidas entrevistas sobre a factualidade que gerou o internamento e a divulgação de imagens ou informações que permitam a sua identificação (Artigo 176.º, n.º 3). Além disso, a Constituição da República Portuguesa (Artigo 26.º) reconhece, para todos, os direitos à privacidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom-nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.

Este reconhecimento legal e político estimulou também iniciativas que procuram promover os direitos infantis na sua relação com os *media*. Podemos citar desde a produção de orientações para jornalistas sobre direitos das crianças nas notícias (com destaque para publicações da UNICEF e Save the Children) à organização de encontros internacionais (como as cinco edições do World Summit on Media for Children em 1995, 1998, 2001, 2004 e 2010), o estabelecimento de instituições de investigação (como a The International Clearing House on Children, Youth and Media) e a monitorização dos *media* (por organizações como a Media Wise, a Childnet International, o Observatori Europeu de la Televisió Infantil, o Media Monitoring Africa e a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI), além de projetos espalhados pelo mundo para facilitar o acesso e a participação das crianças nos *media* (como a Headliners, nos EUA e Reino Unido, além de ONG como a Comunicação e Cultura, a Encine e a Fundação Casa Grande, no Brasil). Dois grupos de atores sociais se destacam neste debate: jornalistas e organizações de defesa das crianças, cujas iniciativas analisaremos de forma mais detalhada. Ressaltamos também o papel do Estado (enquanto regulador, por meio de leis e de sanções para os órgãos de comunicação que não as cumprem, por exemplo), dos académicos (como fonte de conhecimento e análise sobre a representação da infância no discurso jornalístico) e das próprias organizações mediáticas (embora instituições que as representam enquanto setor, como a Associação Mundial dos Jornais, não tenham quase visibilidade neste debate).

A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) implementou nos anos de 1990 o projeto Child Rights and the Media, que resultou em diversas resoluções¹ com o objetivo de estabelecer padrões éticos para o tratamento jornalístico de temas que envolvessem crianças.

Entre as recomendações da FIJ (2002: 6), várias especialmente pertinentes para a cobertura de crimes, destacamos o respeito pela privacidade das crianças, a proteção das suas identidades, o acesso das crianças aos *media* para expressarem as suas opiniões, a obrigação de verificar informação antes da divulgação,

a necessidade de considerar as consequências da publicação e de minimizar prejuízos para as crianças. A entidade afirma ainda que os *media* devem evitar programações prejudiciais às crianças, com foco em sexo e violência, e a apresentação sensacionalista ou estereotipada de material jornalístico. Defende também uma maior contextualização económica e social das questões da infância. Os direitos humanos das crianças, referidos de forma destacada, podem ser vistos na perspetiva de um enquadramento ético, na medida em que a FIJ (2002: 62) afirma como função dos jornalistas a disseminação de informações acerca da Convenção sobre os Direitos das Crianças e a denúncia de violações a direitos como segurança, privacidade, educação, saúde e bem-estar.

No entanto, são raros os códigos de ética dos países que referem diretamente estes princípios, sendo o direito à privacidade das crianças o aspeto mais citado. Em Portugal, por exemplo, o Código Deontológico dos Jornalistas aprovado em 1993 (anteriormente à legislação de proteção de crianças e jovens em perigo, de 1999, e ao projeto da FIJ) demonstra preocupação, embora limitada, com a privacidade dos mais novos. O Artigo 7.º afirma que o jornalista deve salvaguardar a presunção da inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado, e complementa: «O jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.» Não há referências diretas às crianças vítimas de crimes em geral ou que estão em situação de risco².

Apesar dos referidos direitos infantis consagrados em diplomas nacionais e internacionais e da considerável oferta de princípios normativos, o debate sobre a cobertura noticiosa das crianças só recentemente começa a despertar interesse em Portugal a partir da extrema visibilidade mediática de casos individuais de crianças vítimas de violência ou de disputas familiares envolvendo a regulação da responsabilidade parental. Neste sentido, a preocupação fundamental parece ser o direito individual das crianças à privacidade frequentemente desrespeitado nas notícias – uma questão de importância central, mas que pode inibir a discussão ética mais alargada sobre a informação jornalística que envolve crianças.

Podemos referir uma atenção crescente do Conselho Deontológico (CD) do Sindicato dos Jornalistas em comunicados e pareceres com referências a coberturas que envolvem crianças e uma maior aproximação desta instância de autorregulação a organismos representativos dos direitos das crianças, nomeadamente a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens (CNPCJ), de quem tem sido parceiro em eventos e projetos de formação para jornalistas e outros atores sociais na área da representação noticiosa da infância. A Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) também tem respondido a queixas

de telespectadores sobre conteúdos jornalísticos que envolvem crianças. No entanto, apesar do progressivo amadurecimento do debate, tanto o CD quanto a ERC parecem resistir em tomar os direitos infantis como norma central para sua atuação, privilegiando de forma quase exclusiva a linguagem do senso comum ou os seus próprios quadros de referência, respetivamente a deontologia profissional dos jornalistas e os diplomas legais direcionados à comunicação social. É importante também referir uma ausência de fontes de informação organizadas da sociedade civil que atuem de forma proativa, investindo de forma planeada num diálogo mais próximo com a comunicação social para promover e proteger os direitos das crianças nos *media*.

Neste sentido, é possível afirmar que as iniciativas em prol dos direitos das crianças no discurso noticioso em Portugal sofrem de limitações comuns em todo o mundo: atingem principalmente jornalistas já sensibilizados para a questão, mas não conseguem transformar valores e práticas dos profissionais em geral, nem incluir o debate sobre os direitos infantis nos cursos universitários de jornalismo, ou chegar aos editores e diretores responsáveis por tomar as decisões sobre os conteúdos mediáticos (Tobin, 2004: 148).

Soma-se a estes constrangimentos a dificuldade de se imporem (seja por meio da autorregulação ou da regulação externa) medidas efetivas de responsabilização dos *media* quando estes desrespeitam os direitos infantis. Em consequência disto, crianças continuam a ser identificadas em notícias que podem causar sérios prejuízos ao seu desenvolvimento, jovens de minorias étnicas e em situação de vulnerabilidade social continuam a ser estigmatizados, e são frequentes os enquadramentos individualistas e despolitizados da violência que envolve crianças e jovens. Problemas que discutiremos a seguir.

Crianças e crime nas notícias: onde está o debate público-político?

Para o sociólogo da infância Manuel Sarmiento, as crianças estiveram no centro mediático em Portugal nos últimos anos, a partir de grandes processos que criaram uma imagem coletiva de criança em perigo, como vítima e expressão da crise social (Marôpo, no prelo). Trata-se de histórias de interesse humano sobre casos singulares, que valorizam a identificação e as imagens de crianças vítimas e não exigem grande especialização dos jornalistas (Ponte, 2005: 273). Estas são em linhas gerais características fortemente presentes da cobertura portuguesa sobre criminalidade e infância, onde os mais novos são representados especialmente pelo seu valor emocional.

Maus-tratos físicos extremos, abandonos, desaparecimentos e disputas parentais transformam-se em notícias de destaque, identificadas pelos nomes das crianças – «Caso Joana», «Caso Vanessa», «Caso Esmeralda», «Caso Maddie» – em coberturas extensas com «acompanhamento de folhetim» (Ponte, 2009: 35). Nestas, a exploração sensacionalista do caso individual ocupa um espaço desproporcional comparativamente ao debate sobre as problemáticas suscitadas (violência e negligência familiar, adoção, regulação da responsabilidade parental, entre outros). Um enquadramento noticioso profundamente marcado por valores-notícias como a personalização e a dramatização, que parecem ser exacerbados quando estão crianças em foco. Esta extrema valorização individual de crianças vítimas (com o objetivo de tornar a notícia mais fácil de compreender e de identificar pelo público) e o reforço do lado emocional (Traquina, 2002: 199) são reflexo dos contextos de produção noticiosa, mas também do estatuto minoritário que as crianças ocupam na sociedade. Até há bem pouco tempo, assim como as mulheres, as crianças viviam «ocultas sob o manto do privado e do íntimo, um obstáculo ao seu reconhecimento público e social» (Martins, 2001: 2).

Um reconhecimento que se faz lentamente, em contraponto com a persistência da orientação das questões da infância para a esfera doméstica da família, em detrimento de uma esfera pública e da responsabilidade social do Estado. Nesta perspetiva, pode-se constatar a escassez de textos noticiosos que refiram o papel da justiça, do governo e demais atores envolvidos na resolução das problemáticas que afetam as crianças (Marôpo, no prelo).

Mesmo casos de grande visibilidade, como o chamado Caso Casa Pia³, um «evento-chave» (Citcher, 2002: 527) que mobilizou a atenção mediática e social para a violência sexual contra crianças e jovens, parecem não receber o necessário esforço de contextualização dos *media*. Sousa (2006: 128-129) afirma que o contexto apareceu de forma efémera na cobertura e foi mais impulsionado pela notoriedade dos arguidos do que pelo género de criminalidade em questão. A autora atribui as falhas éticas do jornalismo na cobertura do caso tanto a condições internas de produção (falta de conhecimento, de tempo, de recursos humanos e económicos), quanto a condições externas, como o investimento tardio da justiça portuguesa nos direitos da criança e a frágil atividade da sociedade civil. Apesar do aumento do número de notícias sobre o problema, os princípios éticos da cobertura da violência sexual contra crianças continuariam a ser pouco aplicados pelos jornalistas, especialmente nas notícias factuais e singulares, de âmbito local, que envolvem vítimas e agressores anónimos (Sousa, 2006: 129). Ponte (2009), numa análise sobre os jornais *Público* e *Correio da Manhã* no ano de 2005, afirma que o tema da violência sexual alastrou nos dois veículos, persistindo

um noticiário breve, policial e de repetição, com foco na detenção de «alegados pedófilos». Por outro lado, a autora refere uma escassez/ausência de peças acerca da dimensão socioeconómica do fenómeno ou acerca dos direitos das crianças a serem informadas sobre a matéria, apesar de a educação sexual ser frequentemente notícia (Ponte, 2009: 35).

Neste sentido, à semelhança do que apontam investigações internacionais, os crimes sexuais e outros tipos de crimes envolvendo crianças como vítimas ou autores raramente são noticiados a partir dos direitos em questão (Morigi *et al.*, 2007: 47) ou enquadrados numa perspetiva público-política (Marôpo, no prelo). Esta implicaria uma produção noticiosa que ultrapassasse o tratamento factual da violência e apresentasse um panorama temático, estimulando o reconhecimento das questões noticiadas como problemas dignos de atenção pública. Por outras palavras: peças noticiosas que refiram dados sobre os crimes em questão, que citem a legislação pertinente e que promovam a «busca de soluções» (ANDI, 2005). Este conceito desenvolvido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), no Brasil, refere peças jornalística que: 1) revelem projetos sociais bem-sucedidos; 2) representem investigação com foco na denúncia, mas incluindo factos ou ideias que remetam o leitor para a reflexão sobre soluções; 3) apresentem debates entre setores diversos da sociedade; 4) esclareçam aspetos legais ou projetos de lei aprovados; 5) forneçam resultados de pesquisas no terreno, produzidas por entidades civis ou governamentais; 6) cooperem com esforços de campanhas na área da assistência social; 7) enfatizem, em editoriais ou artigos, as soluções existentes ou a necessidade de busca de soluções.

Caraterísticas ou atributos difíceis de encontrar no discurso noticioso que envolve criminalidade, já que o tópico é sobretudo tratado numa perspetiva factual. Segundo Penedo (2003), o crime conjuga ao mesmo tempo uma forte carga na definição da norma e do desvio e presta-se a satisfazer as exigências das rotinas produtivas dos *media*, devido à disponibilização regular de dados por fontes oficiais (como a polícia e outras instâncias de controlo formal). Estas são largamente preponderantes no tratamento mediático da criminalidade e contribuiriam para a propagação de rótulos e estereótipos que permitem, de uma forma simples e breve, tipificar pessoas, comportamentos e lugares de acordo com os valores dominantes e com uma dicotomia normativa (Penedo, 2003: 43). É o que acontece frequentemente com o tratamento noticioso envolvendo crianças e jovens como autores ou vítimas de crimes.

Anjos ou demónios? Estereótipos na cobertura de crimes envolvendo crianças

Anjos ou demónios? A literatura académica refere frequentemente que as representações noticiosas das crianças oscilam entre estas duas categorias antagónicas. Moeller (2002: 41-42) afirma que as crianças são utilizadas para chamar a atenção da audiência e foram transformadas pelo discurso noticioso num ícone da inocência personificada, num símbolo da benevolência e da pureza ou num investimento para o futuro. Por outro lado, as crianças vistas como ameaças às suas comunidades são frequentemente apresentadas como «aberrações». Jempson (2005: 1) alerta para a estereotipagem das crianças como um fenómeno internacional no jornalismo. Isso seria um reflexo da perceção da infância como um tempo da inocência que evoca sentimentos de proteção, nostalgia e superioridade nos adultos. Por outro lado, quando as crianças transgridem esse papel (estabelecido para elas pelos adultos) despertam sentimentos de ansiedade e previsões negativas para o futuro.

Seriam angelicais as «nossas crianças», representadas no discurso noticioso como alvos de cuidados e proteção a partir das vivências de classe média dos seus pais (Ponte, 2005: 89) permeadas, cada vez mais, por um «discurso do medo». Altheide (2002) refere uma expansão nos EUA do termo «medo», que teria substituído outros como «preocupação», «cuidado» e «inquietação» em textos noticiosos que envolvem crianças e espaços ocupados por elas, como a escola e a comunidade. Esta transformação tem importância fundamental nas interações quotidianas que envolvem a infância e promove um discurso de controlo social para proteger as crianças, assim como também para nos proteger delas. Altheide (2002: 247-248) chama a atenção para o papel dual das crianças em termos de inocência e brutalidade, proteção e controlo. Dualidade usada como justificação de excessos cometidos para proteger as crianças e, cada vez mais, para desculpar excessos em puni-las, particularmente – e paradoxalmente – se sanções extremas forem utilizadas para resguardar a inocência infantil.

Seriam também inocentes as «crianças dos outros» (Ponte, 2005: 89) vítimas de grandes tragédias internacionais: as famintas da Etiópia, os órfãos do Kosovo, os amputados sobreviventes de Serra Leoa, as vítimas de exploração sexual na Tailândia ou as crianças miseráveis em favelas brasileiras. Mas estas são representadas geralmente de forma distante, enquanto vítimas de crimes e da política de outros países, como se fossem objetos frágeis, e em nenhum sentido fortes ou capazes (Hammarberg, 1997: 246). Estas «crianças dos outros» representam o perigo distante de que podem ser vítimas, e podem tornar-se facilmente elas

próprias ameaças à sociedade em notícias que apelam à emoção visceral em detrimento da compreensão (Moeller, 2002: 54). Fazem parte, na perspectiva da audiência dos *media*, de um «mundo dos outros» (Ponte, 2009: 2), marcado pela pobreza, violência, desvio e distância, atributos que frequentemente dominam a cobertura noticiosa da delinquência juvenil e que facilitam enquadramentos promotores da diabolização destas crianças. Este tratamento estigmatizante, mais frequentemente direcionado para jovens de minorias étnicas e/ou que vivem em situação de vulnerabilidade social, parece ser fruto desta distanciação, da sobre-exposição da participação juvenil em acontecimentos violentos e de enquadramentos sensacionalistas e promotores de «pânico moral» (Cohen *apud* Critcher, 2002: 527), que não promovem investimentos a longo prazo e que encorajam campanhas punitivas contra grupos quase sempre pobres e marginalizados (Hammarberg, 1997: 248).

Azeredo (2007: 205) afirma que o destaque dado à representação de «outros» jovens cuja cor de pele não seja a branca contribui para uma ampliação da percepção do seu envolvimento no fenómeno da delinquência e consequente estigmatização. Nesta perspectiva, os atos delinquentes de jovens de estratos sociais mais elevados são caracterizados por atributos como leviandade, desvios de caráter, coisas da idade ou meras brincadeiras, enquanto a cor da pele e a origem social de outros jovens pode estimular a espetacularização exacerbada e apressada, como no caso do «arrastão» da praia de Carcavelos, que viria a revelar-se um não-acontecimento (Carvalho *et al.*, 2009).

Nestas peças noticiosas prevalecem enquadramentos frequentemente reduzidos ao que Bennett (2007: 43) chamou de «síndrome da autoridade-desordem»: as notícias dão conta de um mundo onde a ordem está ameaçada ou foi reencontrada. A questão central é se as autoridades são capazes de estabelecer ou restaurar a ordem, em detrimento de uma contextualização de fundo. Nesta perspectiva, o discurso noticioso sobre incidentes como o acontecido em Carcavelos no feriado do Dia de Portugal (10 de Junho) em 2005 são frequentemente descritos a partir da imposição do discurso do medo e de culpabilização do outro simbólico (Ponte, 2006: 13). A praia popular, frequentada habitualmente por jovens negros da periferia, foi palco de roubos e desacatos com a polícia, num episódio extensamente coberto e imediatamente enquadrado nos *media* pelo termo «arrastão». Para Rosa (2011), o fenómeno revela uma assustadora predisposição para a representação leviana destas minorias, associadas *a priori* a comportamentos desviantes.

A privacidade

A exposição pública de crianças vitimizadas em Portugal parece ser reflexo não só de pressões comerciais («o tema vende», afirmam vários jornalistas), mas também do desconhecimento das leis ou negligência da sua aplicação e de uma inércia das fontes de informação para denunciar e combater o problema (Marôpo, 2011a: 91). Jornalistas e fontes que entrevistámos neste anterior trabalho⁴ definem o problema como a questão ética crucial da cobertura relacionada com crianças e jovens no país.

Apesar de demonstrarem sensibilidade para refletir e debater a questão e de reconhecerem que as crianças merecem atenção especial, os jornalistas entrevistados partem de critérios subjetivos e individuais para definir quando identificar ou não uma criança. Na sua perspetiva, cada caso é único e deve ser avaliado individualmente. Esta ausência de regras parece favorecer discursos de desculpabilização referidos em diversos depoimentos: «se outros jornais já identificaram não faz sentido esconder»; «não há regras claras, os jornalistas não conhecem as leis»; «algumas vezes cometemos erros por ignorância»; «onde a criança vive a história já é conhecida» (Marôpo, 2011a: 92).

A este tipo de justificações associa-se frequentemente uma visão restrita de que o direito à privacidade se refere apenas às crianças e aos jovens que cometeram atos considerados crimes, ou aos casos em que estão oficialmente sinalizados como em risco. Quando o problema que gerou o risco é considerado resolvido e em situações que podem causar «apenas» constrangimentos ou prejuízos ao desenvolvimento da criança ou jovem, a identificação é por vezes tolerada. Concluímos também que parece haver entre os jornalistas uma menor atenção à identificação indireta de crianças, especialmente por meio da divulgação da identidade dos pais. Além disso, os jornalistas entrevistados referem dificuldades em encontrar um equilíbrio entre o direito à voz e à autonomia das crianças e jovens e o seu direito à proteção da privacidade.

Soma-se a estes constrangimentos apontados pelos jornalistas a ausência de uma estrutura profissionalizada de comunicação e de uma estratégia definida de atuação entre as fontes institucionalizadas da área da infância (sejam diretamente ligadas ao poder público, como a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, sejam da sociedade civil, como o Instituto de Apoio à Criança) que permitam atuar atempadamente quando os *media* desrespeitam os direitos infantis à privacidade.

Nesta perspetiva, a partir de uma análise da cobertura do risco social envolvendo crianças e jovens nos quatro principais diários portugueses em 2005

– *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã* –, Carvalho e Ferreira (2009: 74) concluem que há dificuldades entre o revelar, o denunciar e o expor e contextualizar, evidenciando-se uma necessidade de expor a singularidade de cada caso a partir do nome e dos rostos das crianças vítimas, com vista a promover no leitor o anseio por conhecer a evolução do caso, especialmente se nele estão envolvidas figuras públicas. O estudo identifica também o uso de fotografias das crianças vítimas como uma espécie de logótipo em discursos que promovem a necessidade de uma condenação urgente de culpados para satisfazer a ordem e a moral estabelecidas, em detrimento do respeito pela vítima (Carvalho & Ferreira, 2009: 75).

As autoras evidenciam, em consonância com o que disseram vários dos jornalistas entrevistados, que prevalece uma ausência de conhecimento adequado destes profissionais relativamente a documentos legais essenciais para o enquadramento da matéria, o que provoca o uso de denominações equivocadas (como Comissões de Proteção de Menores, quando desde 2001 se chamam Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) e a confusão ou sobreposição de conceitos (como abuso sexual e pedofilia, percebidos erroneamente como sinónimos).

Carvalho & Ferreira (2009: 74) concluem, então, que há uma dificuldade clara na conciliação do direito ao exercício da liberdade de informação (Constituição da República Portuguesa, Artigo 38.º, e Convenção sobre os Direitos das Crianças, Artigo 17.º) e o direito à intimidade e reserva da vida privada, à honra e ao bom-nome e reputação da criança (Artigo 16.º da Convenção e Artigo 26.º da Constituição).

Esta tensão conjuga-se com diversos fatores, conforme identificámos a partir da análise de notícias sobre crianças e jovens veiculadas no jornal *Público* em 2009, com referências na primeira página (Marôpo, 2011b). Com base em 193 chamadas de primeira página e respetivas notícias publicadas no interior deste periódico, selecionámos 28 peças que envolviam situações de risco ou que podiam causar constrangimentos. Destas, 16 (57%) preservavam a identidade das crianças e jovens envolvidos, enquanto em 8 (29%) itens era possível a identificação por meio do nome e/ou imagem. Em outras 4 peças (14%) apontámos uma identificação indireta (pela divulgação do nome dos pais, por exemplo). Uma análise mais detalhada dessas notícias leva-nos a algumas ilações.

O direito à privacidade de crianças e jovens protagonistas de atos violentos é em geral respeitado pelo jornal. No entanto, duas situações parecem promover uma maior exposição da identidade nestes casos: quando o delito é cometido fora do país por um jovem estrangeiro, ou quando o jovem agressor morreu (sendo ele cidadão nacional ou estrangeiro).

A decisão dos jornalistas de identificar ou não as crianças parece ser diretamente influenciada por pais e/ou familiares. Por um lado, quando estes exigem a preservação da privacidade familiar e dos filhos, o jornal tende a respeitá-los. Por outro lado, quando os *media* servem como fórum de debate e instrumento de reivindicação pública em disputas pela guarda ou pelo reconhecimento de paternidade, é quase inevitável que as crianças sejam identificadas indiretamente. Nesses casos, a exposição dos pais e/ou familiares possibilita essa identificação indireta, como demonstra o chamado «Caso Alexandra», que alcançou grande repercussão. A notoriedade dos pais (se são figuras públicas ou de elevado estatuto social) envolvidos em conflitos desta natureza é um forte valor-notícia e parece facilitar o desrespeito da privacidade das crianças.

Se a informação é promovida por uma fonte institucionalizada, parece haver um maior cuidado, inclusive evitando a identificação indireta, como numa peça que refere crianças que visitam os pais na prisão. O mesmo acontece quando o assunto noticiado envolve referências a crianças sob a responsabilidade de instituições como hospitais e escolas.

Por último, destacamos a dificuldade de encontrar o equilíbrio entre o direito à proteção das crianças e jovens e o seu direito de exercerem um papel protagonista nas questões que lhes dizem respeito. Como conciliar a possibilidade de estes usarem os *media* como fórum de debate e reivindicação ao mesmo tempo que a exposição pública pode ser uma fonte de estigmatização ou de constrangimentos vários? Um caso exemplar (que não envolve crime, mas envolve questões do campo jurídico) é o da jovem portuguesa que aos 16 anos conseguiu grande repercussão mediática para a sua luta contra o processo de adoção, decretado pela justiça, do filho de dois anos. Mãe e filho tiveram os seus nomes e imagem divulgados no *Público* e nos *media* em geral.

Conclusões

Internacionalmente, há uma considerável oferta de princípios normativos para a representação mediática das crianças e jovens, com implicações especialmente para crimes, abandonos, abusos, raptos, casos judiciais e processos de adoção, que, segundo Pereira (2008), são os motivos de noticiabilidade dominantes na agenda noticiosa da infância. Estes princípios, estabelecidos tanto por jornalistas como por instituições que lidam com a população infantojuvenil, parecem contudo não estar suficientemente sedimentados nos *media* em Portugal.

Apesar do inegável papel que os *media* portugueses desempenharam nas últimas décadas para a transposição de crimes como maus-tratos, abusos sexuais e abandonos do foro privado para a arena pública, ainda nos deparamos frequentemente com exemplos de desrespeito aos direitos das crianças e jovens por parte deste mesmo campo mediático. Aqui analisámos mais detalhadamente três destes problemas, que consideramos centrais para a cobertura da criminalidade: a escassez de enquadramentos público-políticos, a propagação do estereótipo da criança angelical e do jovem demoníaco e o desrespeito pela privacidade de crianças e jovens.

Estes desrespeitos aos direitos infantojuvenis prendem-se tanto com causas internas aos *media* (constrangimentos promovidos por prioridades comerciais, pelas rotinas de produção jornalísticas, pela escassez de instrumentos efetivos de autorregulação e pela falta de formação dos jornalistas na matéria), quanto com externas (investimento insuficiente das fontes de informação na relação com os jornalistas, atuação limitada de órgãos reguladores e estatuto minoritário das crianças na sociedade, apesar do reconhecimento em diplomas legais e internacionais da sua condição de sujeitos de direitos).

Nesta perspetiva, percebemos as diferenças significativas de tratamento dos crimes que envolvem crianças e jovens entre os diversos veículos de comunicação, mas apontamos que persistem desrespeitos aos direitos infantis, mesmo em meios considerados de referência e onde as notícias tendem a receber uma melhor contextualização e aprofundamento.

Para promover uma cobertura que proteja e promova os direitos infantis, é indispensável que a legislação pertinente e os códigos deontológicos/normativos do jornalismo sejam acionados (pela sociedade civil, pelos jornalistas e por instâncias de regulação e do poder público) como instrumentos que garantam a crianças e jovens não serem identificados direta ou indiretamente em situações de risco ou que possam causar prejuízos ao seu desenvolvimento saudável.

O debate ético entre jornalistas e fontes de informação também é fundamental para evitar a «diabolização» de crianças e jovens envolvidos em atos delinquentes por meio da sobre-exposição, de enquadramentos promotores de «pânico moral» ou do clamor por punições severas. É importante ainda para promover o respeito, o cuidado e a atenção especial às crianças de grupos minoritários (em situação de pobreza, imigrantes, minorias raciais, com necessidades especiais, etc.) entre os jornalistas, incentivando-os a divulgarem histórias de êxito acerca delas e a evitarem promover estereótipos.

Referimos ainda a necessidade de um esforço conjunto de jornalistas e fontes de informação para que se evitem apresentações sensacionalistas das informa-

ções em histórias que promovem uma personalização e dramatização exageradas. Estas estimulam o envolvimento emocional da audiência em detrimento da análise das causas, contextos e soluções dos problemas de fundo. Em contraponto, recomenda-se a contextualização das notícias do ponto de vista económico, político e social, citando a legislação vigente, fornecendo dados e investindo recursos em coberturas substantivas que vão além das histórias de «interesse humano» e que promovam o debate público e político a partir da fiscalização das políticas públicas para a infância e da divulgação de possíveis soluções para os problemas denunciados.

NOTAS

- ¹ Como resultado do referido projeto podemos citar as resoluções «Information and Child Rights: The Challenge of Media Engagement» (1997), «Guidelines and Principles for Reporting on Issues Involving Children» (2001), «Putting Children in The Right – Guidelines for Journalists and Media Professionals» (2002) e «Prime Time for Children: Media, Ethics and Reporting of Commercial Sexual Exploitation» (1998).
- ² Ressaltamos que outros artigos, embora não refiram grupos sociais específicos, podem contribuir para uma cobertura que respeite os direitos infantis, como os que afirmam o dever do jornalista de combater o sensacionalismo (Artigo 2.º) e de respeitar a privacidade dos cidadãos (Artigo 9.º).
- ³ Histórica instituição pública de acolhimento de crianças, a Casa Pia foi palco, a partir de novembro de 2002, de fortes denúncias de abuso sexual contra rapazes, envolvendo figuras públicas de elevada notoriedade.
- ⁴ Entre outubro de 2008 e fevereiro de 2010, foram entrevistados nove jornalistas portugueses, de diversos veículos (*Público*, *Diário de Notícias*, *Lusa*, *Jornal de Notícias* e TVI), que cobrem temáticas da infância. Também ouvimos doze fontes de informação (académicos, médicos, psicólogos, representantes de organizações não governamentais ou de organismos oficiais da área da infância; operadores do Direito e assessores de comunicação). Mais informações sobre este trabalho em Marôpo (no prelo).

BIBLIOGRAFIA

- ALTHEIDE, David (2002), «Children and the Discourse of Fear», *Symbolic Interaction*, vol. 25, n.º 2, pp. 229-250.
- ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (2005), *Infância na Mídia: A Criança e o Adolescente no Olhar da Imprensa Brasileira*, Brasília: ANDI – Relatório 2003/2004.
- AZEREDO, Maria José Brites (2007), *A Representação da Delinquência Juvenil nos Media Noticiosos: Estudo de Caso do Público e Correio da Manhã (1993-2003)*, dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- BENNETT, W. Lance (2007), *News – The Politics of Illusion*, Nova Iorque: Pearson Longman.
- CAMPONEZ, J. C. dos Santos Costa (2009), *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo: A Auto-regulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*, dissertação de doutoramento em Letras – área científica de Ciências da Comunicação, Universidade de Coimbra, Portugal.
- CANELA, Guilherme (2005), *Cobrindo Políticas Públicas Sociais: A Importância da Agenda da Infância e da Adolescência*, Niterói/Rio de Janeiro: Atas do XIV COMPÓS.
- CARVALHO, Maria João Leote (2009), «Cobertura Jornalística da Infância em Risco Social: Principais Instrumentos Reguladores», in Cristina Ponte (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, Maria João Leote *et al.* (2009), «Delinquência(s) e Justiça: Crianças e Jovens em Notícia», in Cristina Ponte (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, Maria João Leote; FERREIRA, Levina (2009), «Crianças em Risco Social nas Notícias», in Cristina Ponte (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CRITCHER, Chas (2002), «Media, Government and Moral Panic: The Politics of Paedophilia in Britain 2000-1», *Journalism Studies*, vol. 3, n.º 4, pp. 523-535.
- FIJ, Federação Internacional dos Jornalistas (2002), *Child Rights and the Media – Putting Children in the Right. Guidelines for Journalists and myedia professionals*, Bruxelas: IFJ. Disponível em http://www.Unicef.org/magic/resources/childrights_and_media_coverage.pdf (Acesso em 05.05.2012).
- FULLERTON, Romyne Smith (2004), «Covering Kids: Are Journalists Guilty of Exploiting Children?», *Journalism Studies*, vol. 5, n.º 4, pp. 511-524.
- GOONASEKERA, Anura (2001), *Children in the News: An Examination of the Portrayal of Children in Television and Newspapers in 13 Asian Countries*, Singapura: MCRAI Centre.
- HAMMARBERG, Thomas (1997), «Children, the UN Convention and the Media», *The International Journal of Children's Rights*, 5, pp. 243-261.

- JEMPSON, Michael (2005), *Slander, Sentimentality or Silence? What Young People Have to Put up with from the Media*. Disponível em <http://www.mediawise.org.uk/files/uploaded/Slander,%20sentimentality%20or%20silence.pdf> (Acesso em 05.05.2012).
- MARÔPO, Lidia (2011a), «Jornalistas e Fontes de Informação: Constrangimentos e Oportunidades para o Agendamento dos Direitos das Crianças em Portugal e no Brasil», *Estudos em Comunicação*, n.º 9, pp. 81- 102.
- MARÔPO, Lidia (2011b), «Jornalismo e Direitos Infantis no Brasil e em Portugal: Privacidade, Estigmatização e Participação de Crianças e Adolescentes nos Jornais *O Globo e Público*», *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 8, n.º 2, pp. 471-487.
- MARÔPO, Lidia (no prelo), «Jornalismo e Direitos das Crianças – Conflitos e Oportunidades em Portugal e no Brasil», Coimbra: MinervaCoimbra.
- MARTINS, Paula (2001), «O Mau-Trato Infantil na Comunicação Social», *Mealibra – Revista do Centro Cultural do Alto Minho*, n.º 8, série 3, pp. 59-64.
- McNAMARA, Paul (2004), «Silent Victims and Pretty Props: The Representation of Young People in Irish National Newspapers». Disponível em <http://www.nordicom.gu.se/cl/publ/electronic/PaulMcIreland1.pdf> (Acesso em 06.05.2012).
- MOELLER, Susan D. (2002), «A Hierarchy of Innocence – The Media’s Use of Children in the Telling of International News», *The International Journal of Press/Politics*, vol. 7, n.º 1, pp. 36- 56.
- MORIGI, Valdir José *et al.* (2007), *Mídia e Representações da Infância: Narrativas Contemporâneas*, Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFRGS.
- MULEIRO, Hugo (2006), *Al Margen de la Agenda – Noticias, Discriminación y Exclusión*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- PENEDO, Cristina Carmona (2003), *O Crime nos Media*, Lisboa: Livros Horizonte.
- PEREIRA, S. *et al.* (2008), *Media Representations of Childhood: Elements of Analysis*, Presentation at IAMCR Annual Conference, University of Stockholm, Suécia.
- PONTE, Cristina (2005), *Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico (1970-2000)*, Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.
- PONTE, Cristina (2006), *Crianças em Risco: O Espaço Latino-americano na Imprensa Portuguesa*, Brasília: Atas do XXIX Intercom.
- PONTE, Cristina (2009), *Os Nossos Filhos e os Filhos dos Outros – Linguagens Jornalísticas na Imprensa*, Braga: Atas do I Congresso Internacional sobre Intervenção com Crianças, Jovens e Família.
- PONTE, Cristina; AFONSO, Bruna (2009), «Crianças e Jovens em Notícia – Análise da Cobertura Jornalística em 2005», in Cristina Ponte (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- ROSA, Gonçalo Pereira (2011), «O “Arrastão” de Carcavelos como Onda Noticiosa», *Análise Social*, vol. XLVI (1.º), n.º 198, pp. 115-135.

- Sousa, Daniela Montijo Franco de (2006), *A Violência Sexual contra Crianças na Imprensa: Um Estudo de Caso sobre a Mediatização "Casa Pia"*, dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Tobin, John (2004), «Partners Worth Courting: The Relationship between the Media and the Convention on the Rights of the Child», *The International Journal of Children's Rights*, n.º 12, pp. 139-167.
- Traquina, Nelson (2002), *O Que É Jornalismo*, Lisboa: Quimera.
- Von Feilitzen, Cecilia (1998), «Introduction», in Cecilia Von Feilitzen e Ulla Carlsson (eds.), *Children and Media Violence*, Gotemburgo: Nordicom.